	Tipo de Documento: Procedimento
	Área: RCC-COORDENACAO SOL INT PROC COMERCIAIS
	Título do Documento: Cobrança em Conta de Energia de Serviços de Terceiros

Sumário

1. OBJETIVO.....	1
2. ÂMBITO DE APLICAÇÃO.....	1
3. DEFINIÇÕES.....	1
4. DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA.....	4
5. RESPONSABILIDADES	4
6. REGRAS BÁSICAS.....	4
7. CONTROLE DE REGISTROS.....	8
8. ANEXOS.....	9
9. REGISTRO DE ALTERAÇÕES.....	13

1. OBJETIVO

Estabelecer diretrizes e procedimentos para o processo de cobrança de atividades atípicas, denominadas de “serviços de terceiros” e doações por meio da fatura de energia, excetuando-se seguros.

2. ÂMBITO DE APLICAÇÃO

2.1. Empresa

Todas as distribuidoras do Grupo CPFL Energia.

2.2. Área

Todas as áreas incluídas no escopo deste documento.


3. DEFINIÇÕES

3.1. Atividade acessória

Atividade exercida pela distribuidora de natureza econômica acessória ao objeto do contrato de concessão ou permissão, podendo ser:

a) própria: caracterizada como atividade regulada, prestada somente pela distribuidora e sujeita à fiscalização da ANEEL.

N.Documento: 16393	Categoria: Tático	Versão: 8.0	Aprovado por: Luciana Dalben Lima	Data Publicação: 13/12/2023	Página: 1 de 14
-----------------------	----------------------	----------------	--------------------------------------	--------------------------------	--------------------

	Tipo de Documento: Procedimento
	Área: RCC-COORDENACAO SOL INT PROC COMERCIAIS
	Título do Documento: Cobrança em Conta de Energia de Serviços de Terceiros

b) complementar: caracterizada como atividade não regulada, cuja prestação está relacionada com a fruição do serviço público de distribuição de energia elétrica e que pode ser prestada tanto pela distribuidora como por terceiros.

3.2. Atividade atípica

Atividade de natureza econômica cujo exercício seja exclusividade de terceiros que tenham interesse em incluir a sua cobrança na fatura de energia.

A distribuidora pode oferecer e prestar atividades acessórias, porém, não tem direito à recuperação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato caso o desequilíbrio tenha sido causado por este motivo


I - Próprias:

- a) Arrecadação de convênios ou valores por meio da fatura de energia elétrica;
- b) Arrecadação de faturas de terceiros por meio de estrutura própria de arrecadação;
- c) Veiculação de propaganda ou publicidade em fatura de energia elétrica ou páginas eletrônicas;
- d) Aluguel ou cessão onerosa de imóveis e espaços físicos;
- e) Compartilhamento de infraestrutura;
- f) Serviços de avaliação técnica e de inspeção do sistema de medição em laboratório próprio;
- g) Operacionalização de serviço de créditos tributários.

II - Complementares:

- a) Elaboração de projeto, construção, expansão, operação, testes e ensaios, manutenção ou reforma de:
 1. Redes de distribuição de energia elétrica de infraestrutura de empreendimentos de múltiplas unidades consumidoras que não sejam de responsabilidade da distribuidora
 2. Redes de energia elétrica destinadas à conexão ao sistema de distribuição ou de transmissão;
 3. Subestações de energia elétrica;
 4. Instalações elétricas internas de unidades consumidoras;
 5. Bancos de capacitores;
 6. Padrões de entrada de unidades consumidoras;

N.Documento: 16393	Categoria: Tático	Versão: 8.0	Aprovado por: Luciana Dalben Lima	Data Publicação: 13/12/2023	Página: 2 de 14
-----------------------	----------------------	----------------	--------------------------------------	--------------------------------	--------------------

	Tipo de Documento: Procedimento
	Área: RCC-COORDENACAO SOL INT PROC COMERCIAIS
	Título do Documento: Cobrança em Conta de Energia de Serviços de Terceiros

7. Sistemas de medição de energia elétrica;
 8. Geradores, incluindo-se unidades de microgeração e minigeração distribuída;
 9. Sistemas de iluminação pública; e
 10. Estação de recarga de veículos elétricos, incluindo a prestação de serviços aos consumidores e demais usuários.
- b) Eficientização do consumo de energia elétrica e instalação de cogeração qualificada, desde que não enquadráveis nos projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) ou de Eficiência Energética estabelecidos em lei;
 - c) Serviços de comunicação de dados; e
 - d) Serviços de consultoria relacionados com as atividades acessórias previstas na Resolução Normativa 1000.

3.3. Doações

Entende-se por doações os contratos firmados com filantropias ou assistência Social, sem fins lucrativos, que sejam legalmente reconhecidas para arrecadações de suas doações através da conta de energia elétrica.

3.4. Convênio / Parceiro

Entende-se por Convênio ou Parceiro os contratos firmados com empresas para arrecadação de cobranças atípicas

3.5. CCEE

Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.


3.6. Comercializador de Energia

Pessoa jurídica que realiza operações de compra e venda de energia elétrica no âmbito da CCEE.

3.7. Consumidor Livre

Consumidor que pode optar por contratar seu fornecimento de energia elétrica, no todo ou em

N.Documento: 16393	Categoria: Tático	Versão: 8.0	Aprovado por: Luciana Dalben Lima	Data Publicação: 13/12/2023	Página: 3 de 14
-----------------------	----------------------	----------------	--------------------------------------	--------------------------------	--------------------

	Tipo de Documento: Procedimento
	Área: RCC-COORDENACAO SOL INT PROC COMERCIAIS
	Título do Documento: Cobrança em Conta de Energia de Serviços de Terceiros

parte, com qualquer concessionário, permissionário ou autorizado do Sistema Interligado Nacional,

4. DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA

- Resolução Normativa nº 1000/ANEEL
- Documento 2849 – Contrato e diretrizes de segurança e saúde do trabalho para empresas contratadas

5. RESPONSABILIDADES

As áreas responsáveis pela execução do processo previsto neste documento são Diretoria Comercial, Diretoria de Finanças Corporativas, Diretoria de Comunicação Empresarial, Gerência de Auditoria, Riscos e Compliance e Diretoria de Produtos e Serviços Financeiros (CPFL Total).

6. REGRAS BÁSICAS

6.1. Condições gerais

O processo de cobrança de atividades atípicas ou doações, por meio da fatura de energia, deve estar em conformidade com a legislação do setor elétrico, as diretrizes do Grupo CPFL Energia e as determinações administrativas e comerciais do negócio Distribuição (representado pela Diretoria Comercial nesse processo), que visam atender os objetivos financeiros, regulatórios, sociais e reputacionais da empresa.


6.2. Solicitação do Serviço

A contratação de serviços de terceiros ou doações às entidades, é feita diretamente entre o consumidor e o terceiro prestador do serviço / entidade. A cobrança desses serviços pode ser incluída na conta de energia, mediante contrato firmado entre as distribuidoras e o prestador ou entidade.

A prestação e a cobrança de atividades acessórias e atípicas ou doações estão condicionadas à prévia solicitação do titular da unidade consumidora, por escrito ou por outro meio em que possa ser comprovada pela distribuidora, conforme determinado em regulação.

É vedada a utilização de faturas apartadas, boletos de oferta ou qualquer meio que possa implicar em suposta aceitação automática de cobranças pelo consumidor.

N.Documento: 16393	Categoria: Tático	Versão: 8.0	Aprovado por: Luciana Dalben Lima	Data Publicação: 13/12/2023	Página: 4 de 14
-----------------------	----------------------	----------------	--------------------------------------	--------------------------------	--------------------

	Tipo de Documento: Procedimento
	Área: RCC-COORDENACAO SOL INT PROC COMERCIAIS
	Título do Documento: Cobrança em Conta de Energia de Serviços de Terceiros

Apenas o titular da unidade consumidora ou seu cônjuge ou companheiro, cadastrado pela distribuidora conforme informação do consumidor, pode solicitar ou aderir aos serviços/produto ou doações.

Detalhamento do fluxo do processo conforme Anexo I – Serviços de Terceiros e Anexo III – Doações.

6.3. Cobrança nas Contas de Energia

A cobrança de atividades acessórias ou atípicas e doações podem ser viabilizadas por meio da conta de energia elétrica. Os valores cobrados na fatura de energia elétrica devem ser identificados e discriminados em itens específicos, disponibilizando o contato telefônico do terceiro ou entidade responsável.

Atenção: As cobranças indevidas ou a ausência da comprovação da solicitação do serviço ou doação podem resultar em devolução em dobro dos valores cobrados e já pagos, acrescidos de atualização monetária pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e de juros de mora de 1% ao mês calculados pro rata die, conforme disposto no § 3º do art. 634 da REN 1000.

6.4. Cancelamento das cobranças

O cancelamento da cobrança pode ser feito a qualquer tempo nos canais de atendimento sempre que o consumidor solicitar, sem a necessidade de contato prévio, autorização da distribuidora ou do terceiro / entidade responsável pela prestação do serviço, produto ou doação adicionais ao cliente.


Após a solicitação de cancelamento, a cobrança que permaneça em faturamento subsequente gera direito ao consumidor e demais usuários à devolução em dobro. Não se aplica ao caso de fatura que já tenha sido emitida antes da solicitação de cancelamento.

Caso a fatura reclamada não tenha sido paga até a solicitação de cancelamento, deve ser emitido nova fatura com o prazo para vencimento de pelo menos 5 dias úteis contados da data da apresentação. Os custos decorrentes desse procedimento não devem ser imputados ao consumidor.

6.5. Atraso de Pagamento

Se houver a solicitação do cancelamento da cobrança e a fatura de energia elétrica estiver em atraso de pagamento, os acréscimos moratórios, nos termos do Art. 343 da REN 1000, devem

N.Documento: 16393	Categoria: Tático	Versão: 8.0	Aprovado por: Luciana Dalben Lima	Data Publicação: 13/12/2023	Página: 5 de 14
-----------------------	----------------------	----------------	--------------------------------------	--------------------------------	--------------------

	Tipo de Documento: Procedimento
	Área: RCC-COORDENACAO SOL INT PROC COMERCIAIS
	Título do Documento: Cobrança em Conta de Energia de Serviços de Terceiros

incidir **somente sobre os valores referentes à prestação do serviço de energia elétrica**, considerando o período entre a data de vencimento da fatura e a data da solicitação.

6.6. Suspensão do Fornecimento

O fornecimento de energia elétrica pode ser suspenso por inadimplência caso o consumidor, após ter recebido a notificação de suspensão, não tiver pago os valores relacionados à prestação do serviço de energia elétrica.

Após o recebimento da notificação de suspensão, o consumidor pode solicitar o cancelamento das cobranças relativas à prestação das atividades acessórias ou atípicas ou doações, conforme Art. 636 da REN 1000.


As áreas de atendimento deverão solicitar à Gerência de Faturamento, a emissão de nova fatura com os serviços de terceiros ou doações excluídas, para que o cliente possa quitar apenas o débito referente ao consumo de energia e seus respectivos encargos.

6.7. Serviços de Terceiros

6.7.1. Processo Interno de Contratação de Novos Parceiros

Os Novos Parceiros só poderão ser contratados depois de cumpridos todos os passos previstos no procedimento descrito no Anexo II, que inclui: (i) uma análise comercial pela área RCR, de adimplência, ausência de histórico de fraude por parte do parceiro para com a CPFL bem como potenciais impactos para o negócio Distribuição; (ii) uma análise financeira, de robustez financeira do parceiro; (iii) uma análise de compliance, que inclui avaliação externa e da área de Auditoria acerca dos riscos qualitativos e de imagem em associar a CPFL com o Novo Parceiro em avaliação, bem como aderência ao Código de Ética da empresa; e (iv) uma análise de qualificação pela equipe da CPFL Total, que deve incluir visita in loco e relatório com parecer. Os resultados dessas análises e relatórios podem gerar fluxos diferenciados de aprovação, podendo escalar a aprovação para o nível de RD de Controladas (com posterior informativo para RD de Holding). Se o risco mapeado em nível de Controladas for referente a reputação e imagem da CPFL, a deliberação passa ser da RD de Holding. Essa aprovação permitirá o início da operação em caráter piloto, até atingimento de um volume de 400 clientes, para novas análises: (i) comercial pela RCR (agora incluindo impactos no atendimento e inadimplência dos clientes com o serviço); (ii) do processo de venda do Parceiro (com avaliação de 100% dos procedimentos de venda e avaliação de aderência com a Norma CPFL e a regulação/legislação); (iii) da manutenção das condições de compliance e de robustez financeira (se o atingimento dos 400 clientes for posterior a 6 meses da análise inicial). Validado a aderência do período de piloto (nos mesmos moldes da aprovação inicial), permite-se ao Parceiro realização de novas vendas sem qualquer restrição, que continuarão sendo auditadas e monitoradas.

N.Documento: 16393	Categoria: Tático	Versão: 8.0	Aprovado por: Luciana Dalben Lima	Data Publicação: 13/12/2023	Página: 6 de 14
-----------------------	----------------------	----------------	--------------------------------------	--------------------------------	--------------------

	Tipo de Documento: Procedimento
	Área: RCC-COORDENACAO SOL INT PROC COMERCIAIS
	Título do Documento: Cobrança em Conta de Energia de Serviços de Terceiros

6.7.1.1. Análise de Robustez Financeira (ii)

Para análise de robustez financeira os documentos, quando necessários, são: Demonstrações Financeiras (Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultado) do último ano, podendo ser auditado, publicado em diário oficial ou assinados pelo contador).

Será necessário quando:

- O Serasa não apresentar um Score para a empresa; ou
- Quando se tratar de uma Comercializadora (6.7.1.2)

Os documentos e solicitação de análise podem ser enviados para o e-mail credito@cpfl.com.br

6.7.1.2. Processo Interno para Contratação de Novos Parceiros - Comercializador de Energia ao Consumidor Livre

Para o processo de aprovação de novas Comercializadoras para inserção de cobrança através da conta de energia das distribuidoras, é necessário que sejam atendidos os três pontos abaixo ao ser submetido a análise financeira de robustez (6.7.1, ii – dessa norma)

- 1) Um Rating melhor ou Igual a BBB (que é equivalente ao Rating 9 na Tabela Interna das Soluções e ao score Serasa de **pelo menos 551 pontos**), indicando que a empresa se encontra no **intervalo de risco baixo, muito baixo ou mínimo**) pelas regras atuais da ferramenta;
- 2) Um **tempo de fundação de pelo menos 3 anos**, para filtrar empresas iniciantes; e
- 3) Um Patrimônio Líquido mínimo de **R\$ 10 milhões** (base dez/23 e valor a ser atualizado por IPCA LTM em todo mês de dezembro).


6.7.2. Processo Interno de Contratação de Novos Parceiros Hospitais – Programa de Doações

Os Novos Parceiros só poderão ser contratados depois de cumpridos todos os passos previstos abaixo:

- (i) uma análise comercial pela área RCR, ausência de histórico de fraude por parte do parceiro para com a CPFL bem como potenciais impactos para o negócio Distribuição;
- (ii) uma análise de compliance acerca dos riscos em associar a CPFL com o Novo Parceiro em avaliação, bem como aderência ao Código de Ética da empresa; e
- (iii) uma análise de qualificação pela equipe da CPFL Total, que deve incluir visita in loco e relatório com parecer.

Os resultados dessas análises e relatórios podem gerar fluxos diferenciados de aprovação, podendo escalar a aprovação para o nível de RD de Controladas (com posterior informativo

N.Documento: 16393	Categoria: Tático	Versão: 8.0	Aprovado por: Luciana Dalben Lima	Data Publicação: 13/12/2023	Página: 7 de 14
-----------------------	----------------------	----------------	--------------------------------------	--------------------------------	--------------------

	Tipo de Documento: Procedimento
	Área: RCC-COORDENACAO SOL INT PROC COMERCIAIS
	Título do Documento: Cobrança em Conta de Energia de Serviços de Terceiros

para RD de Holding). Se o risco mapeado em nível de Controladas for referente a reputação e imagem da CPFL, a deliberação passa ser da RD de Holding.

6.7.3. Reajuste de Preço

Cada contrato segue suas cláusulas. O preço praticado é inserido e reajustado no sistema CCS.

6.7.4. Impacto no Atendimento

O papel da RCCP é garantir que as parcerias com terceiros (parceiros ativos/contratos) não venham a impactar na satisfação dos clientes e na performance do negócio de Distribuição. Mensalmente a CPFL Total encaminhará o relatório de Indicadores de Contestação e a equipe da RCCP fará uma avaliação das contestações/reclamações advindas dos canais de atendimento. Em caso de irregularidade e/ou descumprimentos (adesão, cobrança, documentos) a RCCP sinalizará/solicitará a CPFL Total para providências.

6.7.5. Impacto de Refaturamento

Será extraído mensalmente do sistema BW, um relatório de refaturamento X número de inserções mensais por Parceiro, caso o índice de contestação de inserções inseridas em conta de energia no mês ultrapasse o limite de refaturamento num período de 3 meses consecutivos ou no período de 12 meses o contrato pode ser distrato por decisão de um comitê gerencial formado pela RCC e CPFL Total.


6.8. Doações

O processo de cobrança em conta de doações espontâneas de clientes às entidades é facultado às Distribuidoras e está sob gestão da CPFL Total. Esse processo não implica em contraprestação e tem seu fluxo detalhado no Anexo III.

7. CONTROLE DE REGISTROS

Identificação	Armazenamento e Preservação	Proteção (acesso)	Recuperação e uso	Retenção	Disposição
Relatório faturamento x número de inserções por parceiro	Servidor Interno	Restrição por senha	Por mês	Indefinido	Indefinido

N.Documento: 16393	Categoria: Tático	Versão: 8.0	Aprovado por: Luciana Dalben Lima	Data Publicação: 13/12/2023	Página: 8 de 14
-----------------------	----------------------	----------------	--------------------------------------	--------------------------------	--------------------

	Tipo de Documento: Procedimento
	Área: RCC-COORDENACAO SOL INT PROC COMERCIAIS
	Título do Documento: Cobrança em Conta de Energia de Serviços de Terceiros

8. ANEXOS

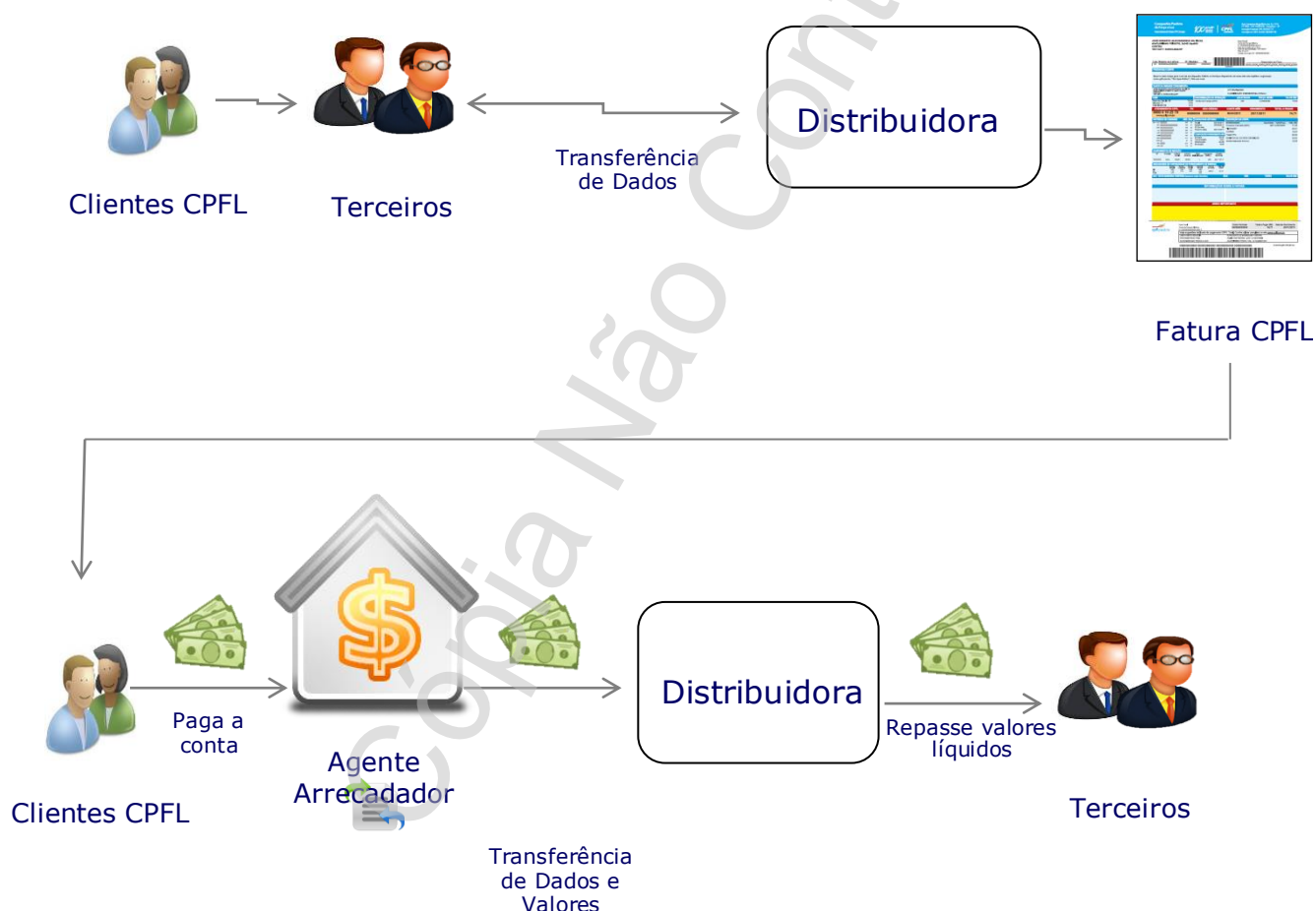
ANEXO I – Fluxograma do processo de serviços de terceiros

ANEXO II – Fluxograma processo de contratos com novos parceiros

ANEXO III – Fluxograma do processo de doações

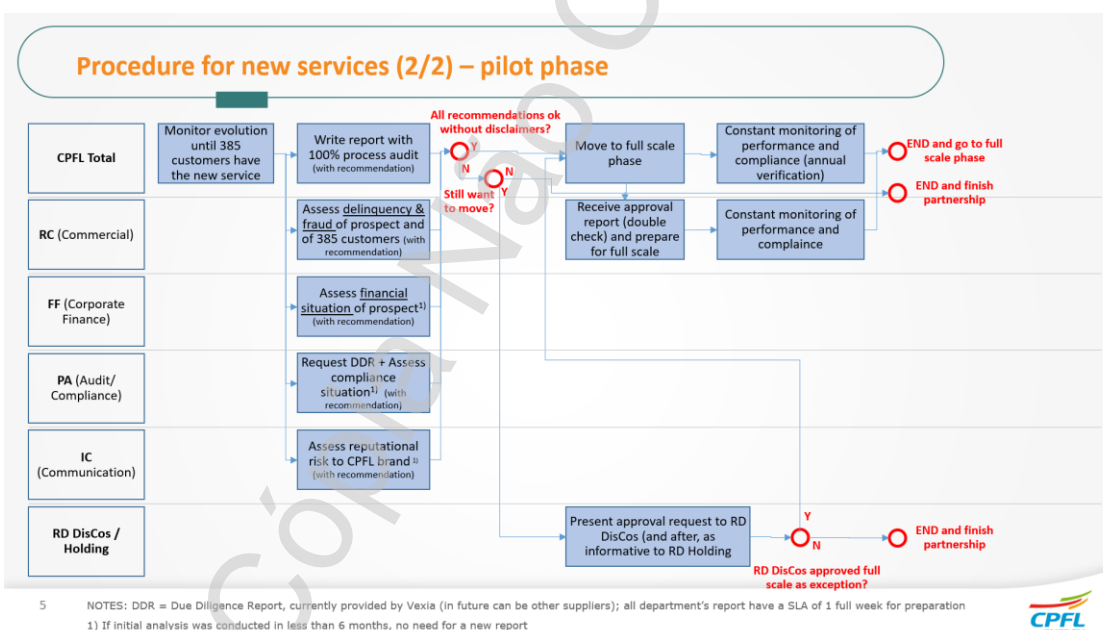
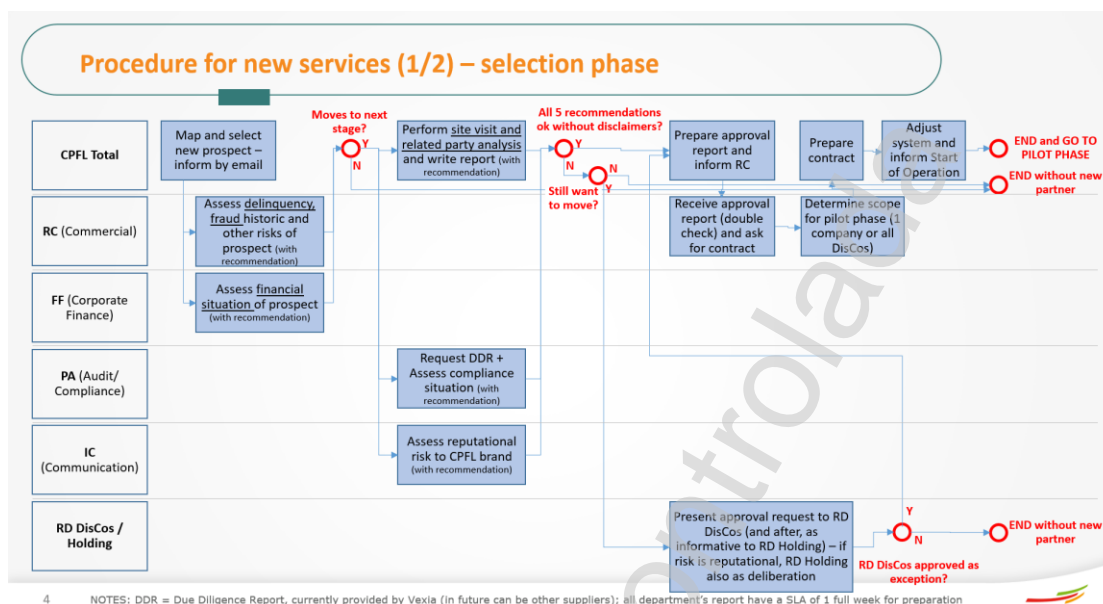
ANEXO IV – Relação de Responsáveis pelas etapas do processo

ANEXO I - FLUXOGRAMA DO PROCESSO DE SERVIÇOS DE TERCEIROS




ANEXO II – FLUXOGRAMA PROCESSO DE CONTRATOS COM NOVOS PARCEIROS

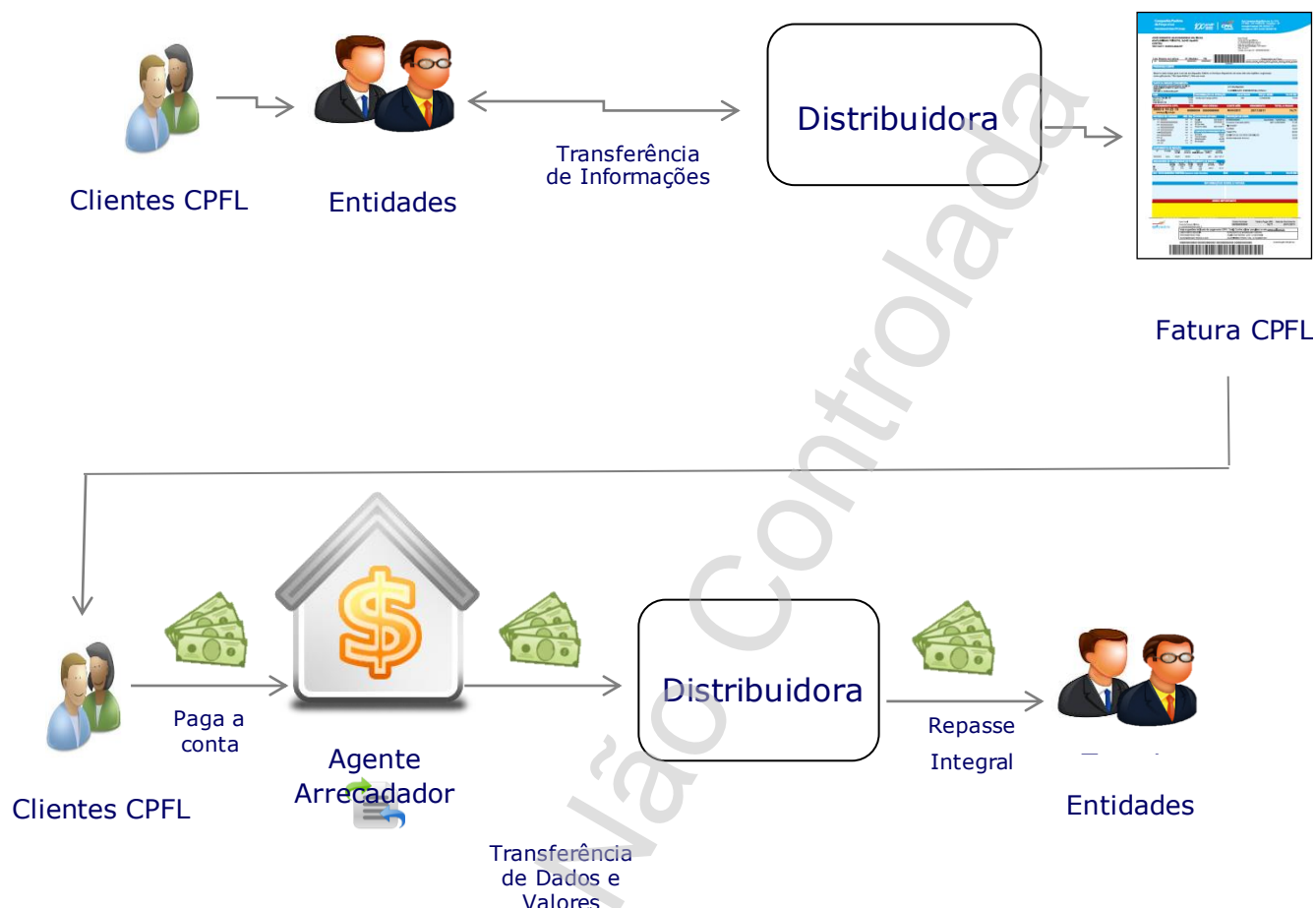
N.Documento: 16393	Categoria: Tático	Versão: 8.0	Aprovado por: Luciana Dalben Lima	Data Publicação: 13/12/2023	Página: 9 de 14
-----------------------	----------------------	----------------	--------------------------------------	--------------------------------	--------------------



ANEXO III – FLUXOGRAMA DO PROCESSO DE DOAÇÕES

N.Documento: 16393	Categoria: Tático	Versão: 8.0	Aprovado por: Luciana Dalben Lima	Data Publicação: 13/12/2023	Página: 10 de 14
-----------------------	----------------------	----------------	--------------------------------------	--------------------------------	------------------------


 <p>CPFL ENERGIA Uso Interno</p>	Tipo de Documento: Procedimento
	Área: RCC-COORDENACAO SOL INT PROC COMERCIAIS
	Título do Documento: Cobrança em Conta de Energia de Serviços de Terceiros



ANEXO IV – RELAÇÃO DE RESPONSÁVEIS PELAS ETAPAS DO PROCESSO


Ações	Área	Gestor	Ponto Focal / Pessoa Contato
-------	------	--------	------------------------------

N.Documento: 16393	Categoria: Tático	Versão: 8.0	Aprovado por: Luciana Dalben Lima	Data Publicação: 13/12/2023	Página: 11 de 14
-----------------------	----------------------	----------------	--------------------------------------	--------------------------------	------------------------

	Tipo de Documento: Procedimento
	Área: RCC-COORDENACAO SOL INT PROC COMERCIAIS
	Título do Documento: Cobrança em Conta de Energia de Serviços de Terceiros

Ações	Área	Gestor	Ponto Focal / Pessoa Contato
GED 16393 - Item 6.7.1. Processo Interno de Contratação de Novos Parceiros Fluxo 1: (i) uma análise comercial pela área RCR, de adimplência, ausência de histórico de fraude por parte do parceiro para com a CPFL bem como potenciais impactos para o negócio Distribuição; Fluxo 2: (i) comercial pela RCR (agora incluindo impactos no atendimento e inadimplência dos clientes com o serviço)	Diretoria Comercial	Daniel Carvalho Pinto	Daniel Carvalho Pinto
GED 16393 - Item 6.7.1. Processo Interno de Contratação de Novos Parceiros Fluxo 1: (ii) uma análise financeira, de robustez financeira do parceiro; Item 6.7.1.2. Processo Interno para Contratação de Novos Parceiros - Comercializador de Energia ao Consumidor Livre	Diretoria de Finanças Corporativas	Leandro Reis Geissler	Renata Priscila Teixeira
GED 16393 - Item 6.7.1. Processo Interno de Contratação de Novos Parceiros Fluxo 2: (ii) do processo de venda do Parceiro (com avaliação de 100% dos procedimentos de venda e avaliação de aderência com a Norma CPFL e a regulação/legislação);	Diretoria de Produtos e Serviços Financeiros (CPFL Total)	Fernando Rocha Antonaglia	Kellen Rochete Ferraresso
GED 16393 - Item 6.7.1. Processo Interno de Contratação de Novos Parceiros Fluxo 1: (iii) uma análise de compliance, que inclui avaliação externa e da área de Auditoria acerca dos riscos qualitativos e de imagem em associar a CPFL com o Novo Parceiro em avaliação, bem como aderência ao Código de Ética da empresa; Fluxo 2: (iii) da manutenção das condições de compliance e de robustez financeira (se o atingimento dos 400 clientes for posterior a 6 meses da análise inicial)	Gerencia de Auditoria, Riscos e Compliance	Helio Takashi Ito	Andre Luiz de Oliveira Bernardes
GED 16393 - Item 6.7.1. Processo Interno de Contratação de Novos Parceiros (iv) uma análise de qualificação pela equipe da CPFL Total, que deve incluir visita in loco e relatório com parecer.	Diretoria de Produtos e Serviços Financeiros (CPFL Total)	Fernando Rocha Antonaglia	Fernando Lucas Thomazo
GED 16393 - Item 6.7.3. Impacto no Atendimento Mensalmente a CPFL Total encaminhará o relatório de Indicadores de Contestação e a equipe da RCCP fará uma avaliação das contestações/reclamações advindas dos canais de atendimento. Em caso de irregularidade e/ou descumprimentos (adesão, cobrança, documentos) a RCCP sinalizará/solicitará a CPFL	Diretoria Comercial	Mariana Aparecida Nogueira	RCCP Qualidade do Atendimento <rccpqualidadedoatendimento@cpfl.com.br>; Mariana Aparecida Nogueira

N.Documento: 16393	Categoria: Tático	Versão: 8.0	Aprovado por: Luciana Dalben Lima	Data Publicação: 13/12/2023	Página: 12 de 14
-----------------------	----------------------	----------------	--------------------------------------	--------------------------------	---------------------

	Tipo de Documento: Procedimento
	Área: RCC-COORDENACAO SOL INT PROC COMERCIAIS
	Título do Documento: Cobrança em Conta de Energia de Serviços de Terceiros


Ações	Área	Gestor	Ponto Focal / Pessoa Contato
Total para providências.			
GED 16393 -6.7.4. Impacto de Refaturamento Será extraído mensalmente do sistema BW, um relatório de refaturamento X número de inserções mensais por Parceiro, caso o índice de contestação de inserções inseridas em conta de energia no mês ultrapasse o limite de refaturamento num período de 3 meses consecutivos ou no período de 12 meses o contrato pode ser distrato por decisão de um comitê gerencial formado pela RCC e CPFL Total.	Diretoria Comercial	Eduardo Crivelaro	Francisco Jose Leitão Guimarães
GED 16393 -Anexo II - Fluxo Avaliar o risco de reputação da marca CPFL	Diretoria de Comunicação Empresarial	Camila Pikunas	Thalita Santucci Bissacot

9. REGISTRO DE ALTERAÇÕES

9.1. Colaboradores

Empresa	Área	Nome
CPFL Piratininga	IG-Diretoria Governança Corporativa	Ana Cristina Fernandes Borelli
CPFL Paulista	RCR-Gerencia Gestão De Energia E Receita	Daniel Carvalho Pinto
CPFL Piratininga	RCC-Gerencia Gestão Comercial	Eduardo Crivelaro
CPFL Total	FT-Diretoria De Produtos E Serviços Fina	Fernando Rocha Antonaglia
CPFL Paulista	IJ-Diretoria Jurídica	Gustavo Henrique de Aguiar Sablewski
CPFL Paulista	PAC-Gerencia de Auditoria	Helio Takashi Ito
CPFL Piratininga	IC-Diretoria Comunicação Empresarial	Thalita Santucci Bissacot
CPFL Paulista	RCCP-Gerencia Atendimento Regulado e Digital	Mariana Aparecida Nogueira
CPFL Paulista	RC-Diretoria Comercial	Rafael Lazzaretti
CPFL Paulista	FF-Diretoria Finanças Corporativas	Tiago da Costa Parreira
CPFL Piratininga	FFTG-Gerencia de Contr Fin e Seg Corporativos	Renata Priscila Teixeira
RGE	DRSP-Gerencia de Relac Poder Público e Grupo A	Patricia Viero Minussi
RGE	DRSP-Gerencia de Relac Poder Público e Grupo A	Fabio Calvo Silva
CPFL Paulista	RCCF-Gerencia de Faturamento	Francisco Jose Leitão Guimarães

N.Documento: 16393	Categoria: Tático	Versão: 8.0	Aprovado por: Luciana Dalben Lima	Data Publicação: 13/12/2023	Página: 13 de 14
-----------------------	----------------------	----------------	--------------------------------------	--------------------------------	------------------------

	Tipo de Documento: Procedimento
	Área: RCC-COORDENACAO SOL INT PROC COMERCIAIS
	Título do Documento: Cobrança em Conta de Energia de Serviços de Terceiros

Empresa	Área	Nome
CPFL Total	FTON-Operações Serviços Financeiros	Kellen Rochete Ferraresso
CPFL Piratininga	PAG-Ger Riscos Controles Inter Etica Compl	Andre Luiz de Oliveira Bernardes
CPFL Total	FTD-Gerencia Desenv. Prod. Serv. Financeiros	Fernando Lucas Thomazo
CPFL Paulista	FFT – Gerencia Tesouraria	Leandro Reis Geissler
CPFL Renováveis	FFTG-Gerencia de Contr Fin e Seg Corporativos	Ermerson de Paula Bueno

9.2. Alterações

Versões Anteriores	Data das Versões Anteriores	Alterações em relação à Versão Anterior
1.0	27/02/2015	Documento atualizado conforme plano de revisões periódicas da RCQP e recomendação do SGI. Este documento incorpora e cancela o procedimento comercial “Jaguariúna Doações” à Entidades, autorizadas pelos Clientes” GED 13.183 Este documento detalha os fluxos de serviços de terceiros
1.1	24/08/2016	Revisão do documento para adequar a transferência da atividade de gestão dos contratos, entre Parceiros e Distribuidoras, da RCC para FFT.
1.2	28/04/2017	Alterado texto sobre o impacto no atendimento (item 5.7.3) Removidos anexos de fluxos de reajuste de preço, auditoria e impacto canais de atendimento. Alterado fluxo do processo de contratos com novos parceiros (Anexo II)
1.3	30/05/2018	Padronizado Norma 0
1.4	02/08/2019	Revisão do documento para adequar novo processo de aprovação de parceiros de serviço em conta
1.5	11/02/2020	Inclusão da REN 1000/ANEEL a partir de janeiro de 2022 Alterado o processo interno de contratação de Hospitais
1.6	28/12/2021	Retirado do item Documentos de Referência as Resoluções Normativas 414 e 518 revogadas pela REN 1000. Atualizada definição de atividade acessória conforme escrito na REN 1000. Complementado o item Cancelamento das cobranças conforme REN 1000. Incluído documentos e contato para análise de robustez financeira. Incluído o item Processo Interno para inclusão de conta para Comercializadoras Atualizada responsabilidade do item 6.8 Doações Incluído Anexo IV – Relação de Responsáveis pelas etapas do processo Alteração da responsabilidade do item (i) da RCC para RCR.

N.Documento: 16393	Categoria: Tático	Versão: 8.0	Aprovado por: Luciana Dalben Lima	Data Publicação: 13/12/2023	Página: 14 de 14
-----------------------	----------------------	----------------	--------------------------------------	--------------------------------	------------------------